



ESTADO DA BAHIA
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - INEMA/DG/DISUC/CGEUC

ATA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA BAÍA DE CAMAMU 2026

Aos **17 dias do mês de julho de 2026**, realizou-se a **III Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental – APA Baía de Camamu**, em formato virtual, com a participação dos conselheiros e convidados, conforme registro de presença.

A reunião teve como objetivo promover o diálogo e a integração entre o Conselho Gestor da APA Baía de Camamu e os Comitês de Bacia Hidrográfica do Baixo Sul e do Recôncavo Sul, bem como discutir temas relacionados à gestão dos recursos hídricos, saneamento rural, conservação ambiental e planejamento territorial da região.

1. ABERTURA E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

Inicialmente, foi destacada a importância da integração entre o Conselho Gestor da APA Baía de Camamu e os Comitês de Bacia Hidrográfica do Baixo Sul e do Recôncavo Sul, considerando a estreita relação entre a gestão dos recursos hídricos, a conservação ambiental e a gestão dos ambientes costeiros.

Foi ressaltado que a participação de forma remota tem contribuído para ampliar a presença dos conselheiros, especialmente diante das dificuldades de deslocamento entre os municípios que integram a APA e da impossibilidade de pagamento de diárias aos membros do Conselho. A modalidade virtual possibilitou, ainda, a participação de representantes de Salvador e de outras localidades, reforçando o caráter voluntário, colaborativo e flexível da participação no Conselho.

Durante a reunião, foram apresentados representantes dos Comitês de Bacia e demais instituições participantes, destacando-se a diversidade de atores envolvidos na gestão ambiental e dos recursos hídricos da região. Foi ressaltada a importância da atuação conjunta entre os órgãos públicos, municípios, comitês, conselhos gestores e sociedade civil.

Foi proposta a realização de futuras reuniões presenciais de integração entre os conselhos e comitês, inclusive em municípios estratégicos e de mais fácil acesso aos participantes, a exemplo de Santo Antônio de Jesus. Também foi destacada a possibilidade de articulação com outros conselhos de unidades de conservação, visando fortalecer as redes locais de participação e governança ambiental.

2. APRESENTAÇÃO DO PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RECÔNCAVO SUL

Na sequência, foi realizada apresentação sobre o **Plano de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul**, instrumento de planejamento ambiental finalizado em 2018, com horizonte de planejamento de até 15 anos.

Foi informado que o Plano contempla diagnóstico físico, biótico, social e institucional, além da avaliação das demandas hídricas, qualidade da água e demais aspectos relacionados à gestão dos recursos hídricos, tendo contado com a participação dos Comitês de Bacia e da sociedade local por meio de oficinas e consultas públicas.

O Plano abrange área de aproximadamente **17.129 km²**, envolvendo **54 municípios** e população estimada em aproximadamente **1,168 milhão de habitantes**, conforme dados do Censo de 2010.

Foi apresentada a divisão da Região de Planejamento e Gestão das Águas – RPGA em sete Unidades de Planejamento de Gestão das Águas – UPRGHs, entre as quais se encontra a **Baía de Camamu**.

Destacou-se que a região da Baía de Camamu apresenta elevada disponibilidade hídrica superficial e subterrânea e baixo índice de comprometimento hídrico, indicando situação confortável quanto à disponibilidade de água para os usos atuais e futuros. A presença de áreas de vegetação preservada, incluindo remanescentes de Mata Atlântica e áreas de cacau cabruca, foi apontada como fator relevante para a manutenção da qualidade dos recursos hídricos.

3. DESAFIOS RELACIONADOS À QUALIDADE E À GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Durante a apresentação, foram destacados como principais desafios para a gestão dos recursos hídricos a poluição hídrica, a degradação das Áreas de Preservação Permanente – APPs, o uso inadequado de agrotóxicos e a deficiência no tratamento de esgoto.

Foi informado que, embora aproximadamente **85% da população disponha de abastecimento de água tratada, apenas 48% do esgoto é coletado e tratado**, evidenciando a necessidade de ampliação das ações de saneamento.

Ressaltou-se, entretanto, que a Baía de Camamu apresenta baixa demanda hídrica em relação à disponibilidade existente, tendo o abastecimento urbano como um dos principais usos da água.

4. CENÁRIOS FUTUROS E PROGNÓSTICO

Foram apresentados os cenários prospectivos desenvolvidos no Plano de Bacia para os próximos 15 anos, considerando variáveis relacionadas ao crescimento econômico, investimentos em saneamento, eventos climáticos e fiscalização dos recursos hídricos.

Foram considerados quatro cenários qualitativos: **tendencial, pessimista, intermediário e otimista**, com diferentes níveis de investimento em saneamento e regulação dos recursos hídricos.

Para a região da Baía de Camamu, os cenários indicam a manutenção de uma situação de disponibilidade hídrica confortável, sem previsão de colapso hídrico mesmo diante de eventual aumento da demanda. Foi ressaltado, contudo, que a manutenção dessa condição dependerá da adoção de medidas adequadas de gestão, fiscalização, conservação ambiental e uso racional dos recursos hídricos.

Também foi abordada a utilização do indicador **Q90** para avaliação da vazão dos rios e da capacidade de manutenção dos volumes necessários aos diferentes usos ao longo do ano. Destacou-se a necessidade de atualização dos dados hidrológicos, especialmente em razão das mudanças climáticas e da ocorrência de eventos climáticos extremos recentes.

5. PROGRAMAS E AÇÕES PREVISTOS NO PLANO DE BACIA

Foi informado que o Plano de Bacia está estruturado em **quatro componentes principais, 17 programas, 28 ações e mais de 100 atividades**, destinadas ao fortalecimento da gestão dos recursos hídricos, aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, adequação dos usos e conservação dos recursos naturais.

Entre as ações previstas, destacam-se:

- capacitação dos membros dos comitês;
- estímulo à participação social;
- comunicação e articulação institucional;
- integração entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão costeira;
- ampliação da rede hidrométrica;
- atualização do cadastro de outorgas;
- geração de conhecimento técnico;
- controle de lançamentos e atividades de mineração;

- enquadramento dos corpos d'água;
- preparação para períodos de seca;
- proteção e recuperação de APPs;
- capacitação de produtores rurais em boas práticas agrícolas.

Foi apresentada estimativa de aproximadamente **R\$ 52 milhões** para ações que não são custeadas diretamente pelo INEMA, incluindo possibilidades de financiamento por meio de compensações ambientais. Também foi discutido o potencial de arrecadação decorrente da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, estimado entre **R\$ 4,7 milhões e R\$ 5,3 milhões por ano**, condicionado à melhoria do cadastro de outorgas e à efetividade da agência de bacia ou entidade delegatária.

6. SANEAMENTO RURAL E INFRAESTRUTURA

A reunião também abordou a situação do saneamento rural e do abastecimento de água nas comunidades da região, com destaque para a **Península de Maraú**, onde foram relatadas evidências de contaminação hídrica e utilização predominante de fossas simples e poços artesianos rudimentares.

Foi destacada a necessidade de articulação entre os órgãos gestores, reguladores e prestadores de serviços, especialmente **INEMA, EMBASA, CERB e órgãos municipais**, para integração das ações de saneamento, abastecimento e gestão dos recursos hídricos.

Também foram discutidas oportunidades de utilização de recursos provenientes de compensações ambientais para apoiar ações de saneamento rural e monitoramento ambiental.

Foram apresentados exemplos de iniciativas de desenvolvimento de **tecnologias sociais para saneamento rural**, inclusive projetos-piloto desenvolvidos em Itacaré e Piracanga, que poderão servir como referência para outras comunidades da região da Baía de Camamu.

Foi ressaltada a importância da cooperação entre o Conselho Gestor da APA, os Comitês de Bacia e parceiros técnicos para avaliar a aplicabilidade dessas tecnologias em comunidades rurais e costeiras.

7. GRANDES EMPREENDIMENTOS E IMPACTOS TERRITORIAIS

Durante os debates, foi destacada a necessidade de acompanhamento dos possíveis impactos de grandes empreendimentos e intervenções estruturantes sobre o território, especialmente a **ponte Salvador–Itaparica** e o **Porto Sul**.

Foi ressaltado que tais empreendimentos poderão produzir efeitos sobre a dinâmica territorial e ambiental da região, sendo necessária a participação ativa dos conselheiros e a discussão de instrumentos adequados de salvaguarda e compensação ambiental.

Foi proposta a realização de reuniões extraordinárias e atividades de articulação para ampliar a participação dos conselheiros nesses debates.

8. ENCAMINHAMENTOS

Após as discussões, foram registrados os seguintes encaminhamentos:

À gestão da APA Baía de Camamu / Erika Campos:

1. Informar os grupos e convocar os conselheiros para reunião de integração com representantes do Comitê do Baixo Sul, em data a ser definida.
2. Organizar e promover reuniões presenciais de integração entre os conselhos das APAs e os Comitês de Bacia, especialmente para discussão dos impactos da ponte Salvador–Itaparica e de outras ações estratégicas.
3. Consultar previamente os conselheiros da APA Baía de Camamu quanto ao interesse em participar de reuniões e eventos dos Comitês de Bacia e quanto à necessidade de apoio logístico.

4. Disponibilizar convite e informações logísticas para participação dos conselheiros na apresentação do painel climático do INEMA para a APA Costa de Itacaré-Serra Grande e demais interessados.
5. Promover intercâmbio e visitas técnicas para aproximação da equipe de recursos hídricos com as experiências de tecnologias sociais de saneamento rural desenvolvidas nas APAs Itacaré e Baía de Camamu.
6. Agendar reuniões futuras, incluindo apresentação do projeto Piracanga, e realizar as respectivas convocações dos conselheiros.

A George Silva:

7. Disponibilizar aos conselheiros e parceiros a apresentação do Plano de Bacia do Recôncavo Sul.
8. Dar continuidade ao suporte técnico e à interlocução com o Conselho da APA Baía de Camamu nas demandas relacionadas a recursos hídricos, saneamento e compensações ambientais.
9. Avaliar a possibilidade de utilização de recursos de compensação ambiental para ações emergenciais, incluindo saneamento rural e monitoramento.

A Deraldo Neto:

10. Organizar e encaminhar a convocatória para reunião extraordinária do Comitê prevista para agosto, incluindo a possibilidade de participação dos conselheiros da APA Baía de Camamu.
11. Disponibilizar contato para encaminhamento de demandas e articulação dos trabalhos com conselheiros e gestoras das APAs.
12. Promover articulação para participação conjunta na reunião sobre os impactos da ponte Salvador–Itaparica, em Nazaré, e outros temas relevantes para a bacia.

À SETUR-BA / Milena:

13. Participar das discussões sobre recursos hídricos do território e contribuir para a integração dos temas ambientais.

A Julie e Letícia:

14. Estudar e analisar a documentação e a apresentação do Plano de Bacia, contribuindo também com relatos e projetos locais.

9. PRÓXIMA REUNIÃO

Foi informado que a próxima reunião do Conselho está prevista para o mês de **setembro de 2026**, com previsão de apresentação do **Projeto Piracanga**, dando continuidade ao processo de integração entre o Conselho Gestor da APA Baía de Camamu, os Comitês de Bacia e demais instituições parceiras.

Também foi reforçada a importância da disponibilização do material do Plano de Bacia aos conselheiros, de modo a possibilitar sua análise e utilização como subsídio às discussões e ao aprimoramento do planejamento e da gestão da APA Baía de Camamu.

10. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo registrados os encaminhamentos acima para acompanhamento pela gestão da APA Baía de Camamu, pelos conselheiros e pelas instituições parceiras.



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA VALESKA MEIRELLES CAMPOS, Especialista Meio Ambiente Recursos Hídricos**, em 21/08/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00147712027** e o código CRC **907D883E**.

Referência: Processo nº 046.2782.2023.0017699-81

SEI nº 00147712027